

Anibal Cavaco Silva, Portugal e a Europa no final do Século XX (24 de Novembro de 1989)

Source: CAVACO SILVA, Anibal. Portugal e a Europa no final do Século XX. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1989. 19 p. (Conferência Jean Monnet, 12).

Copyright: (c) União Europeia, 1995-2012

URL:

http://www.cvce.eu/obj/anibal_cavaco_silva_portugal_e_a_europa_no_final_do_seculo_xx_24_de_novembro_de_1989-pt-3c369339-af2c-4fd8-986a-b9e463955b7c.html

Publication date: 21/10/2012

Portugal e a Europa no final do Século XX

[...]

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Vim a Florença para reflectir convosco sobre as perspectivas, os horizontes e os desafios que se colocam à Europa neste final de século e sobre o papel que Portugal pode desempenhar na formação da nova identidade europeia e nas ligações vivas com outros povos e outros continentes.

É a Europa que a todos aqui nos aproxima, pela sua história, a sua estrutura política, económica e social, as suas diferentes expressões culturais, os seus ideais e o seu futuro.

Gostaria que vissem nas minhas palavras de hoje não apenas a declaração de um político, mas também a reflexão de um europeu e de um universitário, que sempre encontrou no ensino e na universidade o estímulo intelectual que conduz à incessante procura de novos conhecimentos.

Proponho-me, em primeiro lugar, falar de Portugal e das aspirações dos portugueses.

Nação das mais antigas da Europa, independente há mais de oitocentos anos, com as fronteiras inalteradas há mais de seis séculos — um caso talvez único na história da humanidade — Portugal voltou-se há quinhentos anos para o mar e para os mundos então desconhecidos. Era o início das navegações universais e da gesta dos descobrimentos e foram os portugueses, profundamente europeus, que primeiro levaram a cultura da Europa às longínquas paragens do mundo que foram descobrindo. Considero particularmente significativo recordar esta página da história do meu país exactamente em Florença, exemplo maior da cultura do Renascimento, o Renascimento que os navegadores portugueses levariam à África, à Ásia e às Américas.

Os portugueses foram, simultaneamente, agentes de contacto e de intercâmbio entre povos, culturas e civilizações diferentes, enriquecendo o mundo com o encontro dessas civilizações os europeus com os ensinamentos que colheram noutras paragens. Ter-minada há dezena e meia de anos esta fase que no meu país se chama o «ciclo do Império», Portugal soube conservar os laços únicos forjados ao longo da História com os povos de outros continentes. Eu diria mesmo que esses laços e esse património encerram um dos contributos essenciais que Portugal trouxe consigo para as Comunidades Europeias, assim as enriquecendo. É a quinta língua mais falada do mundo, o português; são as relações privilegiadas com África, especialmente com os cinco países que utilizam como língua oficial o idioma português; é a ligação intensa e fraterna com o Brasil, é a nossa dimensão atlântica e a aptidão para o diálogo e comunicação entre o Norte e o Sul.

Formalizada em 1977, três anos após a restauração das instituições democráticas, a decisão de aderir às Comunidades Europeias traduziu uma inequívoca opção do povo português pela democracia pluralista, rejeitando clara e simultaneamente o regime de ditadura anterior a 1974 e o período revolucionário de inspiração comunista que se seguiu.

A adesão às Comunidades Europeias foi assim, e permanece hoje em dia, largamente consensual no meu país — apenas o Partido Comunista se lhe opôs —, e representou um importante factor de consolidação da democracia que vivemos plenamente no Portugal de hoje.

Para além destes dois aspectos da especificidade portuguesa — a transição para o Portugal «depois do Império» e a transição para a democracia — gostaria de sublinhar um terceiro factor que se relaciona com o grau de desenvolvimento económico português, ainda inferior à média europeia.

Importa destacar este aspecto, já que duas posições eram identificadas antes da adesão e continuam a ser hoje possíveis perante os múltiplos desafios que a Europa nos coloca.

De um lado, a atitude negativa e receosa de que Portugal pudesse vir a ser cilindrado pela concorrência

comunitária e não resistisse à meta de 1992.

De outro lado, a atitude positiva e motivadora, que vê na adesão à Europa comunitária a grande oportunidade para impulsionar decisivamente a modernização e o desenvolvimento económico e social do país.

Nestes quatro anos de presença na Comunidade, os portugueses já mostraram ter adoptado a segunda posição.

Devo referir, aliás, que os quatro anos já decorridos revelam que a adesão constitui um estímulo muito positivo para o meu país. Os meus governos, sob a forma maioritária desde meados de 1987, têm concretizado profundas reformas, modernizadoras e liberalizantes sempre adiadas no passado, e tendo como horizonte a Europa de 1992. Os agentes económicos estão a reagir da melhor maneira, investindo em larga escala, associando-se a investidores estrangeiros, exportando mais, renovando o tecido industrial.

Vive-se hoje, em Portugal, um clima de confiança e de optimismo.

Contudo, a Europa de hoje já não é aquela Europa a que Portugal aderiu em 1986. Não é o mesmo o quadro de referência comunitário e não são idênticas as condições políticas, alteradas pela recente evolução verificada nas sociedades de Leste. Há três anos falava-se muito em «euroesclerose». Hoje a Europa voltou a ser o centro do mundo, afirmando-se cada vez mais no exterior e acentuando-se dentro das nossas fronteiras a vontade política do aprofundamento da construção europeia.

A evolução dos acontecimentos dá razão a Jean Monnet. Dizia ele que «a unificação da Europa tem, para a civilização, um alcance que ultrapassa a segurança e a paz. A Europa está na origem dos progressos de que todos usufruíram e os europeus, pelo seu espírito criativo, são capazes de dar um contributo para o desenvolvimento da civilização tão grande como no passado. Mas, para permitir que este espírito criativo se expanda de novo, devemos realizar a união».

Quase desde o primeiro dia como membro das Comunidades que Portugal se viu confrontado com um duplo desafio: realizar a adequada gestão dos períodos transitórios negociados para diversas áreas económicas e sociais, acelerando o tempo para recuperar atrasos estruturais; e, simultaneamente, preparar-se para o grande mercado único de 1992 que alterava já as regras a que tínhamos aderido.

Sempre defendi, e tal como consta no Acto Único, que a realização de um mercado interno coincidente com as fronteiras dos Doze deve ser paralelo com a verificação da coesão económica e social no espaço comunitário, não apenas como forma de expressão de solidariedade entre as diferentes regiões, mas ainda para evitar desequilíbrios económicos e financeiros ou mesmo tensões sociais que cedo assumiriam contornos políticos.

Como verdadeiro salto qualitativo no processo da integração e união europeia, o Acto Único, que estamos todos os dias a pôr em execução, assume ainda outras expressões a que atribuímos grande importância: a dimensão social, a cooperação científica e tecnológica, a defesa do meio ambiente, o reforço da cooperação monetária.

Estes múltiplos objectivos estão intimamente ligados com o quotidiano da vida dos europeus, e podemos afirmar que a construção da Europa adquirirá, com certeza, expressões mais concretas e imediatas como a liberdade de circulação de pessoas, de mercadorias, de serviços, de capitais.

Seremos todos cada vez mais europeus não deixando de ser, ao mesmo tempo, o que os séculos fizeram de nós.

Em pleno percurso da realização do Acto Único, abrem-se agora perspectivas encorajadoras para um novo e decisivo impulso no reforço da Europa: a união económica e monetária, que implicará para a sua plena realização uma alteração do Tratado de Roma, e cuja primeira fase terá início em 1 de Julho próximo, como foi decidido no Conselho Europeu de Madrid.

Importará reflectir sobre o significado de todas estas alterações, não apenas a nível dos Doze, mas na própria

projecção da imagem e da intervenção da Europa no mundo.

Entendo o significado último da união económica e monetária como a oportunidade histórica e politicamente adequada para dotar as Comunidades Europeias dos instrumentos necessários para prosseguir diversos objectivos.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento interno equilibrado, que tenderá para um espaço único coeso, e a obtenção de níveis adequados de expansão económica, bem-estar e progresso sustentado, na linha do que sucedeu nos últimos cinco anos.

Em segundo lugar, a estabilidade financeira e económica à escala da Comunidade, com reflexos nos grandes mercados internacionais e ainda a reafirmação da Europa como pólo económico ao mesmo nível que os Estados Unidos e o Japão.

Tenho ainda, por diversas vezes, chamado a atenção para a importância da dimensão social desta nova Europa que estamos a construir, pois entendo que a Europa deve também ser encarada como um espaço social, como exemplo quase perfeito de equilíbrio entre as regras do mercado e a justiça social.

Por isso creio que a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais ou Carta Social, que é ainda objecto de um debate em diversas instâncias comunitárias, não deve perverter os efeitos benéficos do mercado e da concorrência, já que as economias de cada país devem ter a sua competitividade própria, mas deve ser um instrumento de carácter social, enquadrando simultaneamente a política social dos Estados-membros da Comunidade.

A Europa não pode ser construída a várias velocidades, sob o risco de frustrarmos as expectativas dos europeus, fomentarmos tensões internas prejudiciais ao todo e de criarmos vários futuros para a mesma união europeia.

Importa assim que saibamos perspectivar os novos horizontes, mantendo a vontade política para o aprofundamento das Comunidades Europeias. A actual recomposição da face da Europa e os pedidos de adesão pendentes e previsíveis colocam a questão do momento politicamente oportuno para a sua consideração. Deve atender-se simultaneamente ao perigo da diluição da coerência interna das Comunidades e ao esforço em curso para aplicação do Acto Único e construção do mercado interno e da união económica e monetária.

Portugal não é contrário a futuros alargamentos da Comunidade, mas entendemos que só após 1993 será possível reflectir serenamente sobre este tema, sem malograr as esperanças dos que se nos dirigem, mas tendo em conta a necessidade de consolidar a dinâmica do processo em curso.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os movimentos de reforma e democratização crescentes nos países da Europa de Leste já transformaram a situação na Europa de hoje e podem conduzir-nos a uma nova geografia política.

No plano ideológico, os ventos de liberdade e de democracia que atingiram os regimes de Leste são sinónimo da falência doutrinal das concepções do marxismo colectivista.

Devemos congratular-nos, todos quantos defendemos os grandes valores da liberdade, da tolerância, da democracia pluralista e do respeito pelos direitos do homem. E devemos também expressar a nossa solidariedade e o nosso apoio às populações dos países do Leste europeu que lutam pela democratização, pelo alargamento das liberdades e por reformas económicas profundas.

Mas importa saber procurar respostas adequadas que traduzam as novas realidades no quadro europeu e

comunitário e no plano geoestratégico.

Uma possível resposta, imediata, dos Estados-membros das Comunidades será a concretização da nossa solidariedade em auxílios financeiros a alguns dos países de Leste, por forma a permitir-lhes fazer face a necessidades urgentes e à formação dos seus quadros e, a médio prazo, o apoio à reconversão das suas estruturas económicas e à realização de um programa de ajustamento estrutural que mobilize os recursos endógenos de cada país. Ainda estão a ser procuradas as fórmulas adequadas para concretizar este auxílio, que, no entanto, está politicamente decidido, e que deve ser acima de tudo pragmático e procurar soluções concretas para cada caso.

É necessário ter presente que a evolução dos países de Leste deve ser global, no plano das reformas económicas, mas também da democratização, da ordem jurídica, do respeito das liberdades e dos direitos do homem.

Não podemos permitir que a nossa cooperação acrescida vá facilitar a instalação a Leste de sociedades de geometria variável, que por vezes liberalizam a economia e abrem as fronteiras para logo a seguir negarem direitos elementares e a livre expressão democrática.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No plano da Comunidade Europeia, parece-me importante afirmar claramente a vontade de prosseguir, e mesmo de acelerar, o reforço e o aprofundamento da união europeia. A Europa deve preservar os avanços já adquiridos e prosseguir a edificação do mercado interno e da união económica e monetária.

Por outro lado, deveremos procurar garantir as relações que mantemos com os países da AECL, nossos parceiros privilegiados no plano europeu, com os quais mantemos um diálogo institucional e que partilham connosco os mesmos valores políticos e éticos.

Gostaria também de chamar a atenção — e não vão estranhar que seja Portugal a fazê-lo com alguma ênfase — para a necessidade de conservar o especial relacionamento que nos une ao continente africano. Os países de África estão ainda numa situação de desenvolvimento que exige diversas formas de auxílio económico, financeiro, tecnológico, a nível das estruturas de Lomé e no próprio plano bilateral.

A luta pela liberdade é tarefa primordial que todos temos que assumir. Mas a batalha contra o subdesenvolvimento não pode ser tarefa menor, já que se trata de combater uma violação dos direitos elementares da pessoa humana.

Não podemos deixar que se crie a falsa ideia de que a atracção para as novas sociedades que despontam a Leste desvia as Comunidades Europeias da sua importante missão histórica e política de apoio aos países de menor desenvolvimento.

Tal como não devemos permitir que se desenvolva a noção errada de «Europa fortaleza», em relação ao futuro mercado único, que preocupa americanos e japoneses mas também e sobretudo os países da América Latina.

Os Estados-membros da Comunidade não podem esquecer-se dos vínculos históricos e culturais que os unem a África e à América Latina, que assumem particular dimensão em termos de cooperação política entre os Doze.

A Europa deve saber ser credível e assumir as suas responsabilidades políticas em todos os quadrantes, preservando o poder de iniciativa mas respeitando compromissos.

Outro plano que importa ter presente é o da segurança da Europa nos anos noventa, que assenta no actual equilíbrio das relações leste-oeste.

Pergunto-me, aliás, se o sistema que resultou dos acordos de Helsínquia, em 1975, nas suas distintas vertentes, continuará durante muito mais tempo a manter plena actualidade ou se, pelo contrário, se tornará necessário revê-lo, pelo menos em parte, a médio prazo, consoante o ritmo que assumirem as modificações a Leste.

A segurança da Europa ocidental preocupa-nos a todos. Portugal trouxe para as Comunidades Europeias, como já assegurava na OTAN, a profundidade estratégica atlântica.

Na actual fase das mudanças a Leste, parece-me ser determinante manter a coesão e o reforço da Aliança Atlântica, que tornaram possível a evolução e as transformações a que agora assistimos. A União Soviética e o Pacto de Varsóvia sentaram-se à mesa das negociações para a redução dos diferentes tipos de armamentos porque os Aliados estavam unidos.

A coerência e a coesão dos Aliados, a clara definição dos objectivos da OTAN, a estreita ligação entre o pilar europeu e o pilar norte-americano, as nossas iniciativas em matéria de desanuviamento foram causas decisivas para as inflexões da União Soviética e mesmo para a evolução que se regista a Leste. O quadro coeso da Aliança Atlântica continua a ser essencial para respondermos a novos desafios que se perfilam, assim como a afirmação da estreita ligação entre a Europa e os Estados Unidos na Aliança Atlântica, única forma de manter a credibilidade do nosso sistema de defesa.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Gostaria de terminar regressando à universidade e à herança europeia que a todos nos une. O espaço cultural da Europa excedeu a nossa própria dimensão e a Europa reve-se hoje em muitas outras áreas do mundo, que por sua vez nos influenciam.

Creio que o nosso património histórico é a melhor garantia da capacidade que temos de criar o nosso próprio futuro.

Por isso gostaria de propor ao Instituto Universitário Europeu, que acolhe Portugal como país membro, que fosse estudada a possibilidade de ser integrado na sua organização curricular um seminário sobre navegações, descobertas, relações culturais e encontro de civilizações. Ali se estudariam as navegações europeias dos séculos XV e XVI, a dimensão europeia das descobertas, os seus antecedentes, a arte e o património europeu construído fora da Europa, as relações culturais então estabelecidas, o desenvolvimento do traço de união entre a Europa e outros espaços e culturas não europeus.

A nossa contribuição para a construção da Europa do próximo século não deve ser apenas política, económica ou social.

Entendo que a dimensão cultural é essencial para unir os europeus numa génética onde a história assume factor determinante.

A história da Europa dos finais do século XX será marcada pelas iniciativas da Comunidade Europeia e pelas modificações que se sucedem nos países de Leste. A construção e o reforço da integração europeia são cada vez menos uma miragem para se afirmarem como uma realidade política que marca a vida dos europeus e se reflecte em toda a humanidade. Estamos simultaneamente a projectar a Europa do futuro, que deve saber responder às aspirações das novas gerações, nos planos políticos, da manutenção da segurança, das novas realidades económicas e da justiça social, na afirmação cultural e no avanço tecnológico.

Estou certo que será uma nova Europa : uma Europa com a dimensão do homem.